
**REVISITANDO A LITERATURA DE ALMANAQUES:
ITINERÂNCIAS, PERFORMATIVIDADES,
MEMÓRIA E TRADIÇÃO**

Revisiting Almanach Literature: Pathways, Roles, Memory and Tradition

Eliana de Freitas Dutra¹

RESUMO: O artigo pretende revisitar a literatura de almanaques enquanto objeto de história e unidade de compreensão, bem como repensar seus usos, apropriações e os motivos da larga recepção desses impressos periódicos. A noção “arquivo” é a chave da leitura proposta para buscar repensar não só a literatura de almanaques e a oferta de fundo que essa literatura oferece ao seu leitor e às suas expectativas em relação ao gênero, mas também para avaliar nossos procedimentos com esse documento, também construindo arquivos na busca de sentidos para a narrativa histórica. O texto busca pensar as implicações epistemológicas advindas do estudo desse tipo de literatura para o tratamento das forças e tensões que agem sobre a memória social, cultural e as identidades, ou mesmo sobre as ênfases e focos dos historiadores em textos e narrativas.

PALAVRAS-CHAVE: Almanaque; Literatura; Periódico; Arquivo

ABSTRACT: This article has the aim of revisiting almanach literature as a historical and understanding tool, it also aims to rethink its uses and appropriation, and the reasons for the wide reception of such periodicals. The notion of “archive” is the key for the proposed interpretation of reading so as to search not only almanach literature, the underneath offerings that such literature offers to its readers and its expectations relating the genre. But it is also an attempt to evaluate our procedures towards such documents, at the same time building archives in the quest of meanings for the historical narrative. The text tries to envision the epistemological implications that derive from the study of this type of literature for the treatment of the forces and tensions that act over social and cultural and the identities, or even regarding the emphases and the focuses of historians in texts and narratives.

KEYWORDS: Almanach; Literature; Periodic; Archive

PARALELOS

A leitura de um livro ficcional, do gênero romance Western, finalista do National Books Award dos Estados Unidos, de 2016, intitulado

¹ Professora Titular, membro do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, pesquisadora CNPq.

News of the Word – de autoria da escritora Paulette Jiles – traduzido no Brasil como *Relatos do Mundo* (2021)², nos instigou a repensar os usos e os móveis da recepção dos impressos de larga circulação, reavivando um questionamento latente que há muito nos interpelava, qual seja, que forças movem a literatura de almanaques e os leitores da literatura de almanaques? Por que a leitura desse livro, no qual a ficção romanesca é inseparável da realidade ordinária (RANCIÈRE, 2021), nos trouxe uma provocação, tornando este texto possível?

A história do livro se passa em 1870, após a Guerra Civil americana, e os acontecimentos se situam na fronteira selvagem do Texas – já anexado pelos Estados Unidos – e do território indígena. O personagem principal, um capitão de nome Jefferson Kyle Kidd³, veterano da Guerra Anglo Americana de 1812 e da Guerra Mexicano-Americana (1846-1848) – ambas ocorridas no âmbito da expansão de fronteiras levada a cabo pelos Estados Unidos – tendo vivenciado, igualmente, os acontecimentos da Guerra de Secessão (1861-1865). Sua vida foi tocada pela política expansionista e pelas guerras, bem como pela desterritorialização física, identitária e simbólica dos indígenas, expressa de forma metafórica no livro por uma criança que, tirada dos pais pelos indígenas, ele tenta entregar à família. Ele e a criança constituem o núcleo central da narrativa.

Gráfico de profissão – orgulhoso de sua prensa Stanhope⁴ – cujos negócios e atividades foram arruinados pela Guerra, o capitão passou a ganhar a vida como leitor, em voz alta, de notícias de jornais e revistas para populações isoladas das grandes cidades. Vivendo de forma nômade, viajando de cidade em cidade em meio à movimentação de indígenas desterrados e às violências de uma terra de certa forma ainda marcada por

² Este livro foi adaptado para o cinema em 2020, com o título original, e no Brasil como *Relatos do Mundo*, tal como a tradução do livro em português.

³ Segundo a autora, esse personagem foi inspirado pela história de César Adolphus Kydd, o qual, na vida real, foi leitor de notícias em pequenas cidades do norte do Texas na década de 1870.

⁴ Este era o nome da primeira prensa metálica, em ferro, inventada na Inglaterra, em 1800, por Lord Stanhope – em substituição às prensas de madeira – e que provocou um grande avanço para a imprensa da época dada a sua grande capacidade de impressão de páginas por hora. Daí, ter se tornado uma referência emblemática na história da tipografia e da imprensa. As impressoras americanas datam de 1820 e as menções do personagem a elas, bem como à Stanhope e aos jornais e revistas lidos pelo capitão e cuja existência fizeram parte da história dos impressos periódicos e de sua circulação nacional e, ou, transnacional, são claramente recursos da autora para a construção de efeitos de realidade, e verdade, da sua narrativa ficcional. A marca de impressoras americanas da época, tais como a Chandler e Price, a novidade dos seus formatos também manuais, a exemplo das que o capitão teria usado quando foi convocado pelas forças do general Taylor (futuro Presidente dos Estados Unidos) na Guerra Mexicano-Americana, no intuito de organizar as comunicações, imprimir mensagens, ordens do dia e obter tinta e papel, vão na linha desse mesmo procedimento.

contornos geográficos e legais precários e incertos em meio à Marcha para o Oeste, o capitão, com seu portfólio de jornais e revistas, lia em troca de alguns centavos pagos por trabalhadores da terra, das minas, caçadores de búfalos, homens e mulheres rudes, e seus filhos, não alfabetizados e sem recursos e sem acesso a notícias, muitos deles em movimento para as terras já ocupadas.

Entre as revistas, em cujas páginas o capitão se abastecia, estavam a célebre novaiorquina *Harper's Weekly*, *A Journal of Civilisation*, em circulação no país desde 1857, a escocesa *Blackwood's*, a inglesa *Household Words*, editada por Charles Dickens, das quais ele dizia estarem desatualizadas, “mas que serviam para qualquer época e lugar” (GILLES, 2021, p. 110). Quanto aos jornais, os destaques estavam reservados ao *Matinal* e *Daily*, de Boston, *Inquirer*, da Filadélfia, *Tribune of New York*, *Daily News*, de Milwaukee, *Evening Post*, de Nova York, e *Tribune*, de Chicago. Entre os estrangeiros, o *El Clarion*, do México, o *Time*, *Herald*, *Daily News* e *New Telegraph*, de Londres, e o *Times*, de Calcutá.

As notícias eram lidas em espaços alugados, tais como salões, igrejas, salas da maçonaria e teatros, e os eventos eram precedidos da distribuição de panfletos e cartazes em diferentes locais das pequenas cidades, cujos anúncios diziam que o capitão traria leituras das “últimas notícias e artigos dos principais diários do mundo civilizado” e “leria um compêndio de jornais selecionados” (GILLES, 2021, p. 63). As leituras para esses grupos consistiam em um momento solene para o capitão, consciente do valor da imprensa e da cultura escrita como ilhas de civilização rodeadas pelo mar da barbárie e do seu papel pedagógico com a difusão de informações. Ao mostrar seus jornais para a criança, dividida entre o mundo indígena, que era sua referência, e o dos brancos, mundo desconhecido para o qual ela retornava sem desejar, lhe diz: “isto é escrita. Isso é impressão. Isso nos conta o que devemos saber no mundo.” (GILLES, 2021, p. 35). Seu método de atração dos ouvintes para o que ele julgava que deviam saber se escudava no seu arranjo de leituras: começar lendo “parágrafos de notícias difíceis e depois falar de lugares oníricos, longes dali” (GILLES, 2021, p. 52), levando os leitores por meio de “formas míticas de pensamento e pelas estruturas dos contos de fadas.” (GILLES, 2021, p. 52-53).

Para seu público, as leituras traziam a suspensão de um cotidiano de trabalho duro, de misérias e brutalidades, portanto, se constituíam em um momento de distração e devaneio naqueles tempos difíceis do pós-guerra. O capitão selecionava o que julgava interessante difundir e o que também poderia ser da preferência dos seus ouvintes, tais como os *faits divers*, casos curiosos, bizarros, de heroicas sobrevivências de acidentes e aventuras, “perigos vencidos” como os que envolveram as tentativas de chegada ao Polo

Norte, enfim, histórias de homens e mulheres que, como eles, em outros espaços, enfrentavam ameaças, dores e contratempos frente ao advento das epidemias, das catástrofes naturais, como as inundações, das guerras, a exemplo da Guerra Franco-Prussiana na Europa, entre outros males. As leituras traziam maravilhamento e também esperança de dias melhores sugeridos pelas notícias das invenções e do progresso, a exemplo das informações de cura de doenças; da novidade das máquinas de processamento de carnes; da realidade fabulosa do telégrafo, considerado “um avanço tecnológico que parecia quase sobrenatural”, cujos fios “foram levados com sucesso da Grã Bretanha à Índia” (GILLES, 2021, p. 53) e que traziam notícias das terras estranhas; do avanço das malhas das estradas de ferro que encurtavam distâncias e propiciavam as ligações entre as partes do país em expansão, entre tantas outras.

Também as notícias da movimentação política americana e das decisões governamentais em tempos de reconstrução de pactos após a Guerra de Secessão, em meio aos conflitos ainda latentes entre sulistas e nortistas, tal como as emendas constitucionais relativas ao Texas e à população negra. Essas notícias eram lidas e transmitidas de forma a se evitar pontos sensíveis das rivalidades locais e os potenciais conflitos entre a plateia, bem como dos possíveis atritos do capitão leitor com a comunidade de ouvintes. Elas proporcionavam um momento de conexão com o resto do mundo norte-americano de fora daquela região, e com o mundo longínquo das nações estrangeiras como o México, o Chile, a Inglaterra, a França, a Turquia, a Índia, entre outros, ainda que através de um cardápio de notícias conservadas em jornais de atualidade suspeita, já que muitas vezes carregados em meio a travessias longas em espaços vazios, isolados e inseguros, embora o capitão se valesse, quando possível, em lojas de tipografia e notícias, da operadora Morse para receber pelo telegrama da Associated Press notícias mais recentes.

A coincidência no calendário, a data marcada no alto do jornal, embora assinalasse a passagem do tempo e situasse um tempo para as notícias, não necessariamente assegurava, no plano ficcional de *Relatos do Mundo*, aquela percepção de simultaneidade medida pelo relógio e pelo calendário tão bem captada por Benedict Anderson (1999) nas suas reflexões sobre a mudanças trazidas pelo advento da imprensa diária para as vinculações imaginadas e a consciência nacional. Diferentemente do livro aqui em tela, a experiência do consumo diário do jornal analisada por Anderson foi um elemento pelo qual os homens, uns e outros, puderam sentir-se “tranquilos a respeito de que o mundo imaginado [estava] visivelmente enraizado na vida cotidiana” (ANDERSON, 1999, p. 44). Ainda assim, naquela fronteira selvagem e em transição em que a difusão e o acesso

aos jornais não era prática ainda massificada, o calendário das notícias era sempre um ponto referencial que tal como o nome do periódico e a sua cidade de origem, eram um ponto de partida das leituras do capitão. Este acreditava que o que as pessoas precisavam “era não apenas de informações, mas de contos sobre o remoto, o misterioso, travestidos de informação pura [...]. Assim, por um pequeno espaço de tempo, os ouvintes se deixariam levar a um lugar de restabelecimento, como “águas curativas”. (ANDERSON, 1999, p. 29). Águas curativas era o nome de sua carroça, comprada de um vendedor de beberagens para a cura de diferentes males do corpo. O capitão oferecia uma magia distante que não fosse apenas surpreendente, mas verdadeira. Descobertas químicas, surpresas astronômicas... em lugares distantes, em climas tórridos e gelados.

Nesse espaço ficcional, os acontecimentos narrados, no contraste com o vivido daqueles homens e mulheres, são o pano de fundo das possíveis identificações, empatias e conexões. O jornal, mesmo nessas condições, é o que oferecia aos leitores do capitão, não aquela notável segurança de comunidade anônima que, segundo Anderson, é a marca de garantia das nações moderna (ANDERSON, 1999, p. 44), mas uma segurança razoável naquela região de fronteira em expansão.

E o que podemos depreender do livro é que naquele canto do mundo a concepção de temporalidade ainda não realizava tal como a temporalidade da modernidade designada por Walter Benjamin (1987, p. 222-232), e endossada por Anderson (1999, p. 31-45), um tempo homogêneo e vazio. Isso porque ela portava sobrevivências daquela em que, eu cito de novo Anderson, “a cosmologia e a história não se distinguem sendo essencialmente idênticas às origens do mundo e dos homens” (ANDERSON, 1999, p. 45). Uma vez associadas essas ideias enraizavam firmemente as vidas humanas na própria natureza das coisas, conferindo determinado sentido às fatalidades da existência (sobretudo à morte, à privação e à escravidão), propiciando vários modos de libertar-se dela, tal como buscavam os leitores que afluíam e enchiam as salas para ouvir o capitão. Não por acaso as histórias da marcha para o oeste, as vicissitudes da ocupação do Texas e da Califórnia, os confrontos nos avanços sobre a terra e a cultura indígena, que caracterizam o gênero western, tal como o romance *Relatos do Mundo*, vão fornecer os elementos de base para construção de uma mitologia americana.

Nas condições relatadas, o jornal fazia as vezes de um almanaque, sem a existência física deste, mas com a vivacidade das narrativas, da oralidade, dado o uso e as escolhas de conteúdo feitas pelo capitão, os quais se assemelhavam à topografia textual de um almanaque. Não por acaso os almanaques, como nos lembra Lüsebrink (2001, p. 441), são considerados a primeira literatura de massa de grande circulação nas sociedades ocidentais e

nas suas periferias coloniais. Ouso dizer que o capitão, tal como os editores dos almanaques, construiu um arquivo com os fragmentos dos jornais, com as peças lidas e referidas e com mesma lógica e o mesmo encantamento que popularizaram este gênero de edição considerado de tipo ordinário. Um arquivo, no entanto, imaginado na ficção, cujas descrições e fragmentos empíricos estabelecem “um modo de visibilidade em harmonia ou em ruptura com as relações que a ordem normal do mundo estabelece entre as coisas e as palavras” (RANCIÈRE, 2021, p. 20-21).

Seriam diferentes os ouvintes do capitão e os leitores dos almanaques, especialmente dos almanaques de assuntos gerais e enciclopédicos do século XIX e das primeiras décadas do século XX? E o que dizer do trabalho dos historiadores com as fontes, e do trabalho do capitão com os jornais e revistas? A chave de leitura que vou propor aqui ao longo deste texto está justamente na noção de arquivo, para buscar repensar não só a literatura de almanaques e a oferta de fundo que essa literatura oferece ao seu leitor e às suas expectativas em relação ao gênero, mas também avaliar nossos procedimentos com esse documento, também construindo arquivos na busca de sentidos para a narrativa histórica. Como pensar as implicações epistemológicas advindas do estudo desse tipo de literatura para o tratamento das forças e tensões que agem sobre a memória social, cultural e as identidades, ou mesmo sobre as ênfases e focos dos historiadores em textos e narrativas? Quais caminhos o exercício da imaginação histórica nos reserva, no que respeita tanto à reconstituição dessas fontes quanto à busca e reconstrução de seus sentidos?⁵

IDENTIDADES

Impressos de larga circulação, gênero antigo, a história dos almanaques confunde-se com a história dos impressos no ocidente. Considerados como literatura de fácil apreensão, de linguagem simplificada, de conteúdo ameno, ligeiro e variado e, sobretudo, por ser uma literatura barata devido à pouca qualidade da impressão, associado à *colportage*, dentro dessa tradição eles guardariam, de maneira muito particular, a confiança no poder e na instrumentalidade do livro, da escrita e, por que não dizer, da leitura. Desse lugar é que se caracterizariam, portanto, como um tipo de impresso colocado a serviço da utilidade, da formação, do entretenimento, aliando moral e ensinamento prático, saber e diversão.

⁵ Na linha destas questões, nos valem neste texto de algumas reflexões experimentadas em (DUTRA, 2005).

Como sabemos, esse tipo de impresso foi amplamente difundido na Europa, particularmente na França, desde os séculos XVI e XVII⁶. Os almanaques, a princípio, estavam voltados para as artes do calendário, com as medidas do tempo, as jornadas do céu e da lua, as festas religiosas. Outra variante a que se dedicavam os almanaques era a que privilegiava a observação do movimento dos astros, com suas previsões climáticas, tão úteis aos homens do campo, e com seus prognósticos de catástrofes coletivas, como guerras, epidemias e cataclismas físicos, como enchentes e terremotos. Nesse período, eu lembraria que o almanaque comporta, como matriz textual e gênero, três componentes básicos já identificados:

Uma parte do calendário, mais ou menos completada por comentários, pequenas narrativas e provérbios; uma parte efemérides, comportando observações sobre as estações e as épocas propícias para a colheita, a sangria e o tratamento de doenças, como os prognósticos baseados sobre as observações astrológicas; uma parte narrativa, ligada aos gêneros mais antigos de relações históricas e de exemplos religiosos (LÜSEBRINK, 2001, p. 443).

Se especialmente entre os séculos XVII e XIX os almanaques acabaram por se firmar como um modo de instrução e propaganda de um saber profundo e secular, estimulando a curiosidade, o desejo de saber e o gosto pela verdade (BOLLÈME, 1969), nesse movimento foram se modificando, diversificando, incorporando temáticas específicas, se transmutando em diferentes modelos e formas. Assim surgiram os almanaques: agrícolas, de saúde, literários, históricos, enciclopédicos, de família, de recreação, informativos, de cidades, administrativos, de livraria, às vezes guias urbanos, sempre com espaço reservado aos calendários, via de regra aos santos do dia e ao horóscopo, sobrevivência dos grandes prognósticos astrológicos. Independentemente da sua tipologia, o almanaque, depois dessa evolução, conservou uma estrutura de organização temática, uma matriz textual na qual, ao lado do calendário, das cronologias que o acompanham e do horóscopo, se fazem presentes os preceitos morais, as biografias, as narrativas de eventos históricos, as ciências, seguidos de curiosidades, ditados, poemas, charadas, jogos, medicina doméstica.

As modificações sofridas como gênero editorial e enquanto organização temática e textual guardam bem o impacto da revolução

⁶ Ver entre outros (BOLLÈME, 1969; CHARTIER; LÜSEBRINK, 1996; BRAIDA, 1996; LÜSEBRINK, 2003).

industrial, da aceleração do processo de urbanização, a progressão da alfabetização e da leitura, a difusão das promessas da modernidade, bem como da cultura e dos valores do republicanismo (DUTRA, 2005), o advento, ainda que incipiente, de uma futura cultura de massas.

Também esse repertório de mudanças não ficou alheio à circulação transnacional e transcultural, frente à sua difusão e apropriação nas Américas entre os séculos XVII e XIX, como já mostrado por especialistas (LÜSEBRINK, 2001). Vistas no seu conjunto, essas mudanças implicaram em novos almanaques, novos leitores e, também, novos editores. Isso porque a emergência de jornalistas e homens de letras, esclarecidos e cultos, que vão ocupar o lugar dos pequenos editores, assinalaria, na segunda metade do século XVIII, uma era de racionalização e laicização do almanaque, “originária de um projeto educativo e político das elites esclarecidas” (LÜSEBRINK, 2001, p. 437).

Eça de Queiroz, na sua história dos almanaques na Europa, texto publicado no *Almanaque Enciclopédico* para 1896, editado em Lisboa, percebeu bem essa evolução do gênero, mas se espantou com o fato de que a agitação febril das ideias e da ciência não repercutiu imediatamente nos almanaques, os quais não incorporam “o novo saber que se abastece da observação dos fenômenos” (QUEIRÓZ, 1895, p. XIX-XLV). Segundo ele, de tanto olhar o futuro, o almanaque não compreendeu, e quase ignorou, o presente. Só a partir do século XVIII, com o almanaque “*du Bonhomme Richard*”, esse teria se tornado racional e científico, passando a “contar caseiramente pelas vilas e aldeias as maravilhas do universo”. E, no século XIX, com a ciência positiva e experimental, ele se tornaria enciclopédico. Vale registrar que o sentido do termo enciclopédico utilizado por Eça de Queiróz, segundo entendemos, não é outro que o de generalização ampla e vulgarizada do conhecimento, herança do modelo enciclopédico do Iluminismo do qual a realidade editorial dos almanaques vai apropriar e transformar na ideia de um “saber em conta-gotas”. Afinal “o almanaque ocupa igualmente, para leitores alfabetizados ou semialfabetizados, a função de mídia de difusão de informações elementares sobre o espaço, a saúde, o governo e os grandes eventos históricos” (LÜSEBRINK, 2001, p. 434).

A estranheza, bem como as constatações de Eça de Queiróz sobre a evolução desse tipo de impresso, num ponto parece antecipar um corolário hoje estabelecido no campo da história dos livros e das edições: o da inexistência de contradições entre as várias formas de inovação, sejam elas literárias, intelectuais ou políticas, e a utilização de antigas formas e gêneros herdados da tradição (CHARTIER; LÜSEBRINK, 1996, p. 12). Isso nos leva aos almanaques que, sem prejuízo do seu gênero, e guardando sua perspectiva didático e pedagógica, foram colocados, sobretudo do século

XVIII em diante, a serviço do progresso, da ciência e da difusão de valores da modernidade, e, segundo Eça, se tornaram “instrumentos de inculcação de condutas e de pensamentos novos” (QUEIRÓS, 1895, p. XIX-XLV).

Por isso mesmo, dado seu significativo alcance sociocultural, uma possível dimensão política dos almanaques não pode ser subestimada. Assim o entenderam os homens que fizeram a Revolução Francesa e que, imbuídos do objetivo de “formar o coração e o espírito de uma grande parte do povo” da Nação que se acabara de fundar, e para assegurar a República que vinha de se criar, adotaram – se valendo claramente da tradição de um gênero já bastante difundido – a designação e a forma dos almanaques para vários dos seus Catecismos Republicanos.⁷

Após a Revolução Francesa, a edição de almanaques se tornou uma das fórmulas mais utilizadas para a difusão do ideário revolucionário. Foram editados centenas e centenas de títulos e alguns milhares de números de almanaques por toda a França: são os almanaques da revolução, almanaques do povo, almanaques da República, do bom cidadão, entre outros.⁸ Esses impressos construíram uma ação educativa deliberada, com a intenção declarada de fazer da instrução, através de todos os meios, a base da República. O elo fundamental entre esses almanaques e os catecismos cívicos está na participação decisiva de ambos na fundação de uma moral laica, na prática de uma religião civil e no culto das virtudes republicanas. Ambos se orientam pela difusão das verdades da política, enquanto os catecismos, pela verdade da religião. E o lugar que os almanaques puderam ocupar nesse processo certamente se deveu às suas próprias características enquanto gênero, as quais asseguram um lugar privilegiado à educação, à moral, à verdade, para além da sua utilidade. Na difusão de uma crença nos valores do bem, a sacralização da Revolução e da República é um fato em suas páginas. Isso sem prejuízo de certa visão da política como campo para o exercício das virtudes, tão ao gosto da literatura de almanaques, e expressa no culto do homem do povo elevado ao panteão pelos seus gestos nobres e heroicos. Essa mesma visão se fez presente em inúmeros almanaques no Brasil e em Portugal a partir da segunda metade do século XIX.

Essa perspectiva nos reenvia ao estranhamento de Eça de Queirós, mencionado anteriormente e que nos fala de um descompasso, uma tensão, entre o tempo do mundo e o tempo nos almanaques, e por isso mesmo que o almanaque “deveria ser era uma espécie de um guia especial para a ação e o pensamento”, não obstante sua ênfase na importância do tempo na literatura de almanaques, da qual redundaria seu papel na construção de uma ideia de

⁷ Ver (FUMAT, 1990; BAUBËRO, 1997; HÉBRARD, 1989).

⁸ Ver, entre outros (GOSSELIN, 1992) e a seguinte obra de referência: (WELSCHINGER, 1884, p. 3-8).

regularidade na vida individual e coletiva, bem como sua definição enquanto livro disciplinar, o qual, segundo suas palavras nas páginas do *Almanaque de Lembrança Luso-Brasileiro*, “define os sinais, traça linhas, nas quais circula com precisão toda nossa vida social” (QUEIRÓZ, 1904, p. 356-357). Eça enfatizou a perspectiva do almanaque de possuir um texto de fácil compreensão, fácil de recordar, no qual se depositam os fatos da história e as datas do calendário dariam consistência à vida e à sua evolução.

A ideia do descompasso, por ele sugerida, permite-nos precisar um ponto importante da literatura de almanaques no tocante à sua temporalidade, com grande implicação para uma correta compreensão da sua possível relação com o mundo da política. Quase sempre de periodicidade anual, os almanaques referem-se sempre ao ano que já findou, ou a anos que lhe são anteriores. Daí sua ligação mais frouxa com o presente, sempre diluído e fluido; o fato de não poder reter os jogos de força na instantaneidade do presente histórico; sua impossibilidade de causar abalos ou agitações próprios do instante privilegiado para a ação política. Isso, por um lado, impõe limites ao seu papel e à dimensão política contidos nas suas páginas, o que ocorre também porque os escritos escapam ao controle de seus autores, para seguir rumos imprevisíveis com seus leitores. De outro lado, inscreve a sua pedagogia numa lenta, longa e desdobrada duração a qual assegura padrões de convocação da história e da memória nas páginas dos almanaques, não sem implicações epistemológicas para nosso trabalho com esse tipo de literatura.

O fato de aliar moral e ensinamento prático, saber e diversão, sobre o tripé utilidade/verdade/entretenimento faz com que os almanaques misturem temas e toquem em vários tipos de assunto. O seu texto é compósito, por um lado, porque concilia saber laico com verdades quase sagradas, mito com realidade. De outro lado, porque mantém, não importando a tipologia do almanaque, uma dada estrutura de organização temática e reitera um conteúdo padrão: o calendário, a cronologia, o horóscopo, as biografias, a geografia, a história, o direito, as ciências, os preceitos morais, responsáveis pelo que já foi chamado de uma leitura de tipo intensiva. Essa é capaz de fornecer referências estáveis, duradouras, independentemente do ano do almanaque, e que farão com que ele seja sempre atual, por tratar de assuntos de todos os dias, e por induzir à releitura, portanto, a repetidas consultas e a uma manipulação rotineira e cotidiana. Essa estrutura de organização é o que garante a polissemia, ou seja, a possibilidade de leituras outras por parte do público leitor.

Daí, nosso pressuposto de que, como documento, os almanaques – e aqui nos referimos aos enciclopédicos, aos históricos, aos de família e a vários outros almanaques, como os de livraria, a exemplo dos almanaques da Livraria Garnier, da Bertran, e outros, mais gerais, com recortes temáticos

menos específicos e com um endereçamento ao público mais amplo – pertenceram a um momento da vida cultural do ocidente ligado ao projeto maior da ideia de civilização e progresso. Dessa forma, foram também, a um só tempo, grandes divulgadores culturais e sociais nos termos de um projeto civilizatório, tal como analisado por Norbert Elias (1990-1993), relacionado a um processo de construção e validação de todo um código de condutas e valores que foram historicamente enraizados nas sociedades ocidentais. Isso porque a literatura de almanaques disseminou estereótipos de modelos culturais de uma sociedade, a da segunda metade do século XVIII, do século XIX e do início do XX, que definiam por seus valores letrados o caminho da ciência, da moralidade e do comportamento público e privado.

No Brasil dos oitocentos e nas primeiras décadas do século XX, por exemplo, a existência de um mercado para a literatura de almanaques foi em parte resultado do fato de que os almanaques foram objetos dos primeiros esforços editoriais com vistas ao aumento da produção dos impressos no Brasil, dada a sua facilidade de adaptação às técnicas de impressão, então precárias, bem como às limitações numéricas, à época, do público leitor de livros.

Disso resultou que a edição de almanaques avançou sobre a de outros impressos, com tiragens ultrapassando em milhares os exemplares, nos seus limites máximos, alcançados pelos livros. O que, sem dúvida, confirma a popularidade do gênero e explica as várias iniciativas responsáveis pela profusão de títulos e tipos de almanaques que circularam e competiram entre si, como um instrumento de difusão e vulgarização de projetos políticos, educativos, culturais. Não por acaso, o espaço de suas páginas, não poucas vezes, serviu à consolidação de um “*réseau*” de influências e de posições – envolvendo homens de letras, educadores, cientistas, técnicos e políticos, alguns com vínculos com instituições estatais, e ao mesmo tempo circulando entre revistas, jornais e associações culturais. E não seria demais lembrar que os almanaques acolhiam diferentes tipos de discurso: os ficcionais, os memorialísticos, os biográficos, e os tecnocientíficos.

PERFORMATIVIDADES

Os responsáveis pela direção dos almanaques, ao decidirem por modelos de funcionamento e agenciamento, atuaram como verdadeiros editores, sem um corpo editorial fixo, agregando por vezes um núcleo de eventuais colaboradores, recrutados dentro de uma mesma rede, afinados com certo corpo de ideia, orquestrando um efeito de sentido e impondo uma topografia material e mental ao conjunto de colaborações. Não se pode negar

seu gesto editorial⁹ e seu papel de mediação, ou seja, na adaptação do texto aos leitores. Dessa forma, estabeleceram os princípios de acomodação, as relações de complementaridade, de inclusão, de derivação intelectual, por vezes de oposição entre os textos. Ao fazê-lo, mobilizaram um espaço de dispersão, elaborando uma configuração de conjunto a qual poderia ser figurada pela imagem de Deleuze e Guattari de “totalidade fragmentária,”¹⁰ aqui tomada mais livremente. O que nos impele, como historiadores, à “construção” de um trajeto dentro do almanaque, ancorada na busca da sua sintaxe; à preocupação com sua historicidade e dimensão performativa; à consciência das múltiplas temporalidades que se cruzam e se constroem em suas páginas, bem como a explorar sua estrutura textual ultrapassando sua estrutura de organização em seções para fazer brotar o conjunto e o idioma falado.

Afinal, o conhecimento histórico só é mesmo possível quando ocorre uma mudança nos “códigos de reconhecimento” e no “sistema de expectativa” da documentação histórica, como nos ensina a obra de Michel de Certeau (1982, p. 113). Daí a necessidade dos deslocamentos, da transformação da fonte. O que demanda que desloquemos as fronteiras e a topografia interna dos almanaques para que possamos encontrar e organizar as várias peças do conjunto. Na busca de uma arquitetura estável de elementos no interior do almanaque, as figuras do relato, os conceitos, as regras, os nomes, os eventos, os personagens, as datas, os registros, as informações que se espriam nas suas várias seções constituem, no nosso entendimento, uma espécie de alfabeto interno pelo qual podemos tentar alcançar as pretensas coerência e unidade do *corpus* de textos e a construir nosso arquivo. Ao nos defrontarmos nesse trajeto com a problemática da interação entre fontes e realidades históricas, invocamos a noção que designamos como fonte/objeto (DUTRA, 2005, p. 39-41), a qual poderá nos permitir tomar o almanaque para além do que ele pode nos dizer sobre uma dada realidade histórica, mas, sobretudo, capturá-lo em si mesmo, na sua historicidade, no seu estatuto enquanto partícipe da construção histórica em determinados contextos.

Dessa forma, o resgate de uma literatura de tipo ordinária, o almanaque, reveste-se de especial significado conquanto capaz de fazer surgir, não necessariamente, o sentido do projeto do almanaque estudado a partir de um

⁹ Tomado aqui na perspectiva de (OUVRY-VIAL, 2007).

¹⁰ Deleuze e Guattari usam essa imagem para designar os conceitos, os quais qualificam como “centros de vibrações, cada um em si mesmo e uns em relação com os outros como totalidades. É por isso que tudo ressoa, em lugar de se seguir ou de se corresponder [...] Os conceitos como totalidades fragmentárias não são sequer os pedaços de um quebra-cabeça, pois seus contornos irregulares não se correspondem” (DELEUZE; GUATTARI, 2009, p. 34-35).

outro lugar, mas de tentar produzir o negativo, talvez fazer surgir a exceção, ou fabricar, no dizer de Certeau (1982, p. 91), a “diferença pertinente”. Portanto o trabalho com a literatura de almanaques é uma operação em permanente deslocamento: ou seja, saindo e retornando a este *corpus*. Essa é uma estratégia para recuperarmos o *repertório*, no caso, um repertório de tradições, de influências, de argumentos, de noções, de formas de expressão do pensamento, de ação. Afinal, cabe perguntar: a que serve, nos contextos e nos espaços de origem e de destino dos almanaques, o conhecimento moral, prático e científico propalado pela literatura de almanaques? Quais horizontes de espera e de experiência – na linha inspiradora das reflexões de Kosellek (1990) – de convivência nos cenários culturais e políticos que circundam a existência do *corpus* de almanaques, por nós estudados, fazem dos escritos e imagens que eles veiculam um possível instrumento de transformação social e política, quicá de mudança histórica?

Numa literatura aparentemente despolitizada, tal como a dos almanaques enciclopédicos, de livraria, históricos, de família e outros, encontrar a política, as conexões culturais, os modelos de convivência e de atuação intelectual nos ambientes de produção e circulação dos almanaques exige um procedimento cartográfico, qual seja o de descobrir conteúdos empíricos ocultos no corpo de texto que, para ser lido, precisa da construção de um nível coerente de visibilidade e inteligibilidade de forma a oferecer a soma e a síntese dos pontos de vista sobre o território do texto. Na busca de uma arquitetura estável de elementos no interior do almanaque, as figuras do relato, os conceitos, as regras, os nomes, os eventos, os personagens, as datas, os registros, as informações que se espraiam nas suas várias seções constituem uma espécie de alfabeto interno. Por ele é que podemos definir o seu *topoi*, seja enquanto organização, argumentação, conteúdo e forma material, pelo qual é possível pensar a coerência e a unidade do *corpus* de textos de um determinado almanaque.

Isso significa tomar os almanaques a contrapelo, como objetos ou como imagens. Aqui lembramos não só de Benjamin, na sua busca dos signos da ausência, mas também de Didi-Huberman (2017, p. 101), que define essa noção como “a pele subjacente, a carne escondida por detrás das coisas”. Do ponto de vista da história, a leitura a contrapelo, nos lembra esse autor, significa “reverter os pontos de vista” (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 131-133), romper com a ideia de passado como “passado fixo”, como um ponto fixo. Ao invés disso, nessa linha, a história, tal como ele enfatiza, é entendida como uma operação de desmontagem e montagem, e também remontagem que, como ele assinala, o queria Marc Bloch (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 131-133). Penso que essa lógica é rica em aberturas epistemológicas no trabalho com a literatura de almanaques. A aproximação com esses autores

nos interessa, porque eles convergem com a percepção do trabalho do historiador enquanto empreendimento arqueológico. Pois a arqueologia implica percorrer a história a contrapelo, como “operação regressiva”, como bem lembrada por Agamben (2019, p. 154), para quem o regresso, no caso da arqueologia, é a um ponto, de insurgência, a *arché*, que Derrida (2016, p. 11) nos lembra que significa começo e comando, que é o que designa a palavra arquivo. Estamos partindo do pressuposto de que é prerrogativa do historiador construir seu próprio arquivo, cujo sentido não se prende aqui à ideia de um lugar físico, tampouco de uma suposta estabilidade dos objetos de arquivos, que no caso em tela é constituído de material textual. Qual a instrumentalidade de se pensar o almanaque a partir da noção de arquivo?

Um arquivo não é só um lugar, um depósito institucional, resultante de processos de organização, de distribuição, de seleção e lógicas de acumulação comandadas por um poder que Jacques Derrida (2016, p. 12-16) nomeia de arcôntico, tal como na sua origem, mas um exercício de produção, portanto, de uma montagem, resultante de uma indagação e de um esforço para a construção de um objeto no qual estão implicados pressupostos de natureza teórica e metodológica. Desse modo, é possível produzir uma forma para o *corpus* que torne factível nossa hipótese de investigação no arquivo, cientes de que no seu interior se acumulam outros arquivos ou, de novo apelando a Derrida, uma “possibilidade abissal [...] de uma escavação arqueológica” (DERRIDA, 2016, p. 33). Por ela poderemos evitar, na linha desse autor, tomar o *corpus* como algo único, uma unidade articulada em uma “configuração ideal”, um “compartimentar absoluto”, o que significaria lidar de maneira naturalizada com suas unidades. Ou seja, nos afastamos assim de adotar uma perspectiva fechada sobre os almanaques, de tomá-los como algo dado, porque conscientes de que o arquivo, enquanto parte da pesquisa, se organiza, como nos lembra Lila Caimari (2017, p. 10), dispondo as peças em sentido diferente de sua origem. Segundo essa autora, as peças “às vezes se alinham dóceis em torno a uma ideia; outras são ariscas, produzem giros imprevistos, erodem as bases da investigação, a subvertem, a refundam”.

Portanto é a possibilidade arqueológica que responderá pela nossa busca das relações entre os textos, as fontes e seus fragmentos no interior do arquivo, entendido como resultado de uma relação imprevista entre discursos e narrativas. Como nos lembra Derrida, o arquivo é um tipo de prótese, um suporte capaz de nos fazer lembrar e esquecer, o que não é estranho ao trabalho do historiador. Esse trabalho do arquivo contra si próprio é o que o autor chama de mal do arquivo.

A pesquisa centrada em um corpus prioritariamente constituído de material textual, oriundo de uma atividade de natureza intelectual como os

almanaques, os quais – ainda que distantes das grandes obras e dos grandes autores, mas guardando, tal como na sugestão de Pocock (2003), rumores de um mundo sociocultural e político – conheceram expressiva circulação transnacional, nos impõe uma reflexão sobre a noção de contexto. Esta tem sido também tomada como um arquivo, em uma certa leitura na linha da história intelectual, e vamos usá-la aqui em um sentido mais livre e especulativo. Eu me refiro à leitura de Edward Baring (2016), que advoga que a noção de arquivo, na linha das reflexões de Derrida, “teria grande alcance e profundidade histórica maior do que a noção de contexto baseado no ‘lugar’ das ideias”, onde o autor habita, porque o modelo de contexto como arquivo pressupõe uma seleção em que os leitores dos textos escolhem, recolhem o material relevante e os elementos necessários para a compreensão da intervenção que pretendem realizar e para “contextualizar seus argumentos”. O contexto, no modelo de arquivo, também não é dado, não é fixo. É construído no movimento, na seleção e no recolhimento de fragmentos e elementos pertinentes. Isso porque os contextos no caso dos estudos transnacionais, que são objeto do estudo de Baring, enfatizam as conexões através das fronteiras, segundo ele, e não os “lugares”, por exemplo, em que os textos são escritos ou que os periódicos são produzidos. Essa perspectiva é bastante rica para os estudos da circulação transnacional dos almanaques, e em especial para almanaques de dupla nacionalidade, como os luso-brasileiros. O contexto assim referido é, portanto, aquele por onde os textos e as ideias passam – através, eu diria, dos seus suportes materiais, ou seja, os livros, os periódicos em geral, dentre eles os almanaques – e em que a interpretação, aqui sim, tem “lugar”. Haveria, assim, diferenças, na sugestão desse autor (BARING, 2016, p. 571), entre o contexto de origem e o de recepção; comunidades separadas geograficamente poderiam, com conhecimentos e convenções diferentes, usar distintos caminhos para ler os textos; e as transposições de um lugar para outro conduziriam a transformações e reformulações, inclusive na forma material, com adaptações e implicações de sentido.

Dessa forma, os contextos, e citamos, “não são lugares que o autor habita, mas ferramentas que ele usa” (BARING, 2016, p. 584), incluindo obras, citações, os aparatos eruditos, enfim, um efeito de leituras superpostas. A ideia é que o modelo arquivístico incorpora a dimensão temporal das comunicações intelectuais, que não estão atadas ao tempo preciso da produção da obra ou do artefato, já que está voltado para “as maneiras com que textos – e eu insisto, seus respectivos suportes – podem atravessar divisões temporais” (BARING, 2016, p. 584). Essa dimensão é que permite os diálogos entre temporalidades diferentes, das quais não podemos descurar no trabalho com os almanaques frente à força arcôntica que move esse tipo

de impresso, na pressão pela ordem, pela estabilidade, pela verdade, pela obsessão com o registro, pela quase sacralidade de uma natureza das coisas. Como isso se dá? Com quais elementos?

A força arcôntica não se origina do poder de Estado tal como é exercitada sobre os arquivos físicos institucionais e públicos, por exemplo os arquivos históricos, e de poderes outros sobre os arquivos privados. Mas ela se origina, no caso dos almanaques, do poder da tradição do gênero, a qual resgata não um padrão, mas também um sentido mágico do livro, que entendemos ser próprio dos almanaques os quais guardaram, permaneceram, como livros depositários de segredos mágicos, climáticos, segundo Bourdieu (1996, p. 231-253), e, acrescentaríamos nós, de um saber para iniciados, mesmo com suas evoluções e transformações seculares. Essa força se origina também da ação e do poder dos continuadores dessa tradição de literatura. Esses saberes podem ser considerados nômades, os quais, na linha de Deleuze e Guattari, são avessos à lógica e ao “paradigma disciplinar do mundo moderno”, como devidamente assinalado por Reinaldo Marques (2019, p. 259)¹¹. A noção de saberes nômades, conceituada por Deleuze e Guattari (1997, p. 9), se configura enquanto um espaço de fora no umbral da ciência autorizada, e pode, a nosso ver, ser útil para qualificar a presença regular, constante de conhecimentos considerados menores, pois sem estatuto científico, tais como a astrologia, a cronologia e as artes do calendário presentes nas páginas dos almanaques.

Pode-se verificar tal tendência em um almanaque brasileiro de 1914, que abriu espaço, àquela altura, para a publicidade de especialistas nas ciências ocultas. E ocorreu prometerem leituras de ensaio e horóscopo parciais aos leitores que respondessem com presteza aos anúncios de um certo Monsieur Clay Burton Vance, residente em Paris. A astrologia praticada por Monsieur Vance foi apresentada como uma “ciência de desvendar o porvir” (ALMANAQUE Brasileiro Garnier, 1914, p. 168), e foi essa autochancela científica que apoiava a garantia ofertada aos leitores do que o almanaque chamou de “exatidão incontestável das suas revelações e predições.” Essas sobrevivências acantonadas no interior do gênero literário almanaque nos faz lembrar do historiador Christopher Hill, dizendo, em conferência, que na Inglaterra do século XVII matemáticos e sábios elaboravam cálculos e cálculos minuciosos e sofisticados cujo objetivo final era, no entanto, definir com precisão o dia e a hora exata do fim do mundo. Afinal, tratava-se de um período de transição – que ainda guardava resquícios dos pensadores herméticos do Renascimento – entre o mundo das ciências

¹¹ As reflexões desse autor foram uma fonte de grande inspiração para este texto. Ver também: MARQUES, 2015.

ocultas, da astrologia, e o emergente mundo da ciência, para a qual aqueles, a seu modo, não deixaram de participar.

Nos almanaques a astrologia já foi considerada (BOLLÈME, 1969) como um ponto de junção entre a fabulação e a ciência. Desde o final do século XVII e começo do século XVIII, os textos dos astrólogos, como garantia de seriedade e autenticidade, vinham precedidos dos qualificativos de professor de matemática, astrônomo, engenheiro, intérprete de línguas, mestre de academia etc. Também a terminologia astrológica aparecia marcada por uma espécie de rigor emprestado da ciência quando da descrição do movimento dos astros, a conjugação dos planetas, a previsão dos eclipses, dos dias de sol, de chuvas, dos tempos propícios ao cultivo etc. Afinal, vinha da ciência a crítica ao poder mágico ligado à astrologia. E a astrologia nas primeiras décadas do século XX seguiu difundida em impressos de grande circulação, a exemplo de jornais, revistas e almanaques, e circulou em obras de especialistas no assunto, se fazendo presente em bibliotecas de homens cultos, de literatos, a exemplo do grande escritor Fernando Pessoa, ele mesmo um praticante da astrologia.¹²

O calendário, por sua vez, nunca foi fixado apenas como medida do tempo, dividido a partir da jornada do sol ou as inconstâncias da lua. As “dedicações” que sempre o acompanharam garantiam as significações míticas, religiosas e cívicas, que atribuíam uma qualidade aos dias, aos meses, aos anos, decisivas porque definiam os momentos dos ritos, das festas, do trabalho, da política. As dedicações dos dias a um personagem ou fato memorável, ou mesmo a sugestão de que fossem tomados como objeto de devoção, sempre estiveram presentes nos calendários. Nestes, é interessante observar, como em boa parte dos almanaques do século XIX e início do século XX, são feitas as cronologias e composições com os santos do dia – sobrevivência antiga que data da Idade Média, e que se fazia presente nos calendários que acompanhavam os livros de horas e orações; com nomes de leigos ilustres, relacionados à ciência, aos progressos da civilização, às artes; com nomes de cidadãos notáveis, veneráveis pelos seus feitos na vida pública; e de fatos da vida nacional. Temos, assim, em calendários dos almanaques, uma combinação de devoção, civismo e culto do progresso/modernidade. Ao mesmo tempo, o calendário, bem como as

¹² Na biblioteca da sua casa, em Lisboa, podem ser vistos vários títulos de astrólogo inglês Allan Leo, o qual que se popularizou pela difusão do conhecimento e da tratadística da prática astrológica moderna do final do século XIX e começo do século XX. Dentre eles verificamos os seguintes títulos: *The Art Of Synthesis*; *Astrology For All*; *Casting The Horoscope*; *How To Judge A Nativity*; *The Key to Your Own Nativity*; *The Progressed Horoscope*; *Horary Astrologic*, dentre outros, tais como *Symbolic Directions in Modern Astrology*, de autoria de Charles E. O Carter, o qual, após a morte de Allan Leo, em 1917, deu continuidade às publicações sobre o tema em boa parte do século XX.

cronologias, se presta a apaziguar a sensação do inevitável efeito corrosivo do tempo, dotando os homens de um sentido de continuidade da espécie e da natureza. Nessa direção, é bastante expressiva a manifestação de um importante intelectual brasileiro, Barão Homem de Mello, que afirmou no Almanaque Brasileiro Garnier em 1904:

O calendário nos oferece um dos exemplos mais notáveis da lei de persistência histórica que caracteriza muitas das concepções mais elevadas do espírito humano, sobretudo quando elas resultam da contemplação dos grandes fenômenos ou das leis imutáveis da natureza [...]. Seu destino é atravessar as idades, perdurando por séculos e séculos sem fim (HOMEM DE MELO, 1904, p. 175-179).

Em uma literatura organizada em torno do calendário, o almanaque, que já foi designado por um leitor, em 1888, como um “repertório do tempo” (ALMANCH Ilustrado da Empresa Horas Românticas para 1888, Lisboa, p. 99), e por um dos seus estudiosos como “instrumento de orientação do tempo” (LÜSEBRINK, 2001, p. 434), buscou se legitimar na sua dimensão memorial por se considerar um lugar de transmissão de experiência do vivido e de práticas e verdades consideradas válidas para o presente e o futuro, ancoradas em valores transcendentais, a exemplo da tradição, da ciência, do progresso e, também, do bem, das virtudes e da moral. Cabe ao historiador, portanto, no seu trabalho com os almanaques, buscar o que está de fora: os conflitos, a heterogeneidade, a desordem, a pluralidade, o devir. É preciso desmontar os silêncios, fazer falar os indícios, ouvir os ruídos das opiniões e das manifestações, acolher a multiplicidade, fazer do fora, na linha de Deleuze e Guattari, “um território no espaço, constituindo um segundo território” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 9) para sua análise.

A força arcôntica estabilizadora do arquivo necessita ser desestabilizada sob pena do historiador ficar involuntária e inconscientemente aprisionado na indistinção entre história e cosmologia, que enquanto sobrevivências, ainda que esbatidas e certamente reatualizadas sob o véu de outros discursos, continuam na base do sentido de ordem que impera na literatura de almanaques. São essas mesmas sobrevivências que, no plano ficcional, parecem ter seduzido os leitores do capitão Kyle Kidd.

Nos últimos anos, têm proliferado publicações que se nomeiam Almanques. São periódicos acadêmicos¹³, de cultura¹⁴, de educação,

¹³ Este é caso de um hiperlink digital intitulado almanaque, criado em 2020 por dois historiadores, e disponibilizado quinzenalmente naquele ano. Partindo do entendimento do almanaque como uma mistura de gêneros e estilos, os autores buscaram atualizá-lo como um

também programas televisivos, os quais nos interpelam sobre sua existência cultural na contemporaneidade. Resta saber se estamos diante de tentativas de refundação e ou atualização do gênero, ou de busca por um sentido de estabilidade em um mundo em crise de futuro e definição, e/ou deriva, identitária.

Finalizamos lembrando que o ato de nomear, tal como o nome próprio, pode ser, como nos lembra Deleuze e Guattari (1995, p. 49), sujeito “de um puro infinito, aberto a possibilidades de multiplicação”, como parece ser o nome Almanaque.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *Signatura Rerum: sobre o método*. São Paulo:

híbrido entre *cronologia, diário e crônica*, pensando o almanaque como um arquivo de experiências que se formavam ao mesmo tempo que o evento da pandemia. Renunciando à cronologia linear, os responsáveis pelo Almanaque privilegiaram os fragmentos de notícias e experiências em torno dos terríveis impactos da pandemia, para movimentar a hipótese *atualista* da história, e assim atualizar não só a fórmula almanaque, mas também a forma de escrita da história sob a força do atual, do presente, e fazendo do almanaque um instrumento de ação política, como postulava Eça de Queiroz. O diário no Almanaque foi escrito de forma retrospectiva, como é comum no gênero, quando se narra o que já se passou. O conjunto do material produzido no Almanaque, o qual teve vida breve, acabou por ser organizado e publicado em livro, como registro de um experimento no gênero. Ver (PEREIRA; MARQUES; ARAÚJO, 2020).

¹⁴ Um exemplo, no caso brasileiro, é o do chamado *Almanaque Brasil de Cultura Popular*, criado em 2009, o qual teve como criador e diretor editorial o artista gráfico Elifas Andreato, um dos maiores capistas do país de discos de vinil, cartazes, gravuras e ilustrações. Ele pretendia que, com o seu *Almanaque do Brasil de Cultura Popular*, a expressão “cultura de almanaque” passasse a ser motivo de orgulho, certamente em oposição à ampla difusão da ideia desse gênero como literatura ordinária. Esse almanaque mantinha um padrão clássico, com partes dedicadas à vulgarização da história nacional; registro de bons exemplos e atitudes exemplares no mundo público; personalidades importantes da política, da ciência e da cultura; indicação de leituras, uma vez que preocupado com a popularização da cultura do livro, e também CDs, pois cultor da boa música; uma parte de diversão com piadas, problemas de lógica, adivinhações; e tópicos sobre teatro, esporte, política, literatura, saúde, música, dança, arte, imprensa e destinos para se viajar e lugares para se conhecer. Esse último item se relaciona ao fato de que o almanaque, aliás, com excelente qualidade gráfica, foi usado como revista de uma companhia. Seu diferencial estava na qualidade da informação oferecida e, especialmente, na sua pauta cultural, os quais eram elementos-chaves da sua estratégia pedagógica de entretenimento que, como os almanaques de farmácia e vários outros, poderiam ser levados pelos clientes passageiros. Esse Almanaque deu origem a um programa de televisão com o mesmo nome, o qual passou a ser veiculado, entre 2010 e 2012, pela TV Brasil, pertencente à Empresa Brasil de Comunicação do Governo Federal, bem como integrou O Programa Mais Cultura do MINC, o que assegurou a sua distribuição em bibliotecas públicas e escolas, conforme: <https://tvbrasil.ebc.com.br/almanaquebrasil> e https://pt.wikipedia.org/wiki/Almanaque_Brasil_de_Cultura_Popular

Boitempo, 2019.

ALMANACH Ilustrado da Empresa Horas Românticas para 1888. Lisboa.

ALMANAQUE Brasileiro Garnier. Rio de Janeiro, 1914.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1999.

BARING, Edward. Ideas on the Move: Context in Transnational Intellectual History. *Journal of History of Ideas*, v. 77, n. 4, p. 567-587, Oct. 2016.

BAUBÈRO Jean. *La Morale laïque contre l'ordre moral*. Paris: Seuil, 1997.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. *Obras Escolhidas*. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 222-232.

BOLLÈME, Genéviève. *Les Almanachs populaires aux XVII et XVIII siècles*. Essai d'Histoire sociale. Paris: Muton & co, 1969.

BOURDIEU, Pierre. A leitura como prática cultural. Debate com Roger Chartier. In: CHARTIER, Roger (Ed.). *Práticas de Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 231-253.

BRAIDA, Ludovica. Les Almanchs italiens. Évolutions et stéréotypes d'un genre XVI^e-XVII^e siècles. In: CHARTIER, Roger; LÜSEBRINK, Hans-Jürgen (Dir). *Colportage et lecture populaire. Imprimés de large circulation en Europe. XVI^e-XIX^e siècles: Actes du Coloque des 21-24 avril 1991*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de L'Homme/IMEC Éditions, 1996.

CAIMARI, Lila. *La Vida en El Archivo*. Goces, tédios y desvios en el oficio de la história. Buenos Aires: Siglo XXI, 2017.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger; LÜSEBRINK, Hans-Jürgen. (Dir.) *Colportage et lecture populaire. Imprimés de large circulation en Europe. XVI-XIX^e siècles: Actes du Coloque des 21-24 avril 1991*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de L'Homme/IMEC Éditions, 1996.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1995. v. 1

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1997. v. 5

DELEUZE, Gilles; GUATTARI Félix. *O que é Filosofia*. São Paulo: Editora 34, 2009.

DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2016.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes Literários da República*. História e identidade nacional no *Almanaque Brasileiro Garnier* (1903-1914). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990-1993. v. I-II.

FUMAT, Yveline. La formation du jeune Citoyen - Les Cathécismes Républicains 1792-1848-1882. In: CARON, Jean-Claude. *Manuels Scolaires et Révolutions Française: Actes du Colloque de Créteil*. Paris: Éditions Messidor, 1990.

GOSELIN, Ronald. *Les Almanchs Republicaines*. Traditions revolutionaires et culture politique de masses populaires. Paris: L'Harmattan, 1992.

HÉBRARD, Jean. Les Cathécismes de la Première Revolution et Répertoire Bibliograpique des Catéchismes Révolutionnaires. In: ANDRIES, Lise. *Colporter la Révolution*. Ville de Montreuil: Bibliothèque Robert Desnos, 1989.

HOMEM DE MELO, Francisco Inácio Marcondes, Barão. *História do Calendário*. Rio de Janeiro: ABG, 1904.

JILES, Paulette. *Relatos do Mundo*. São Paulo: Principis, 2021. (livro eletrônico).

KOSELLECK, Reinhart. *Le Futur Passé*. Paris: EHESS, 1990.

LÜSEBRINK, Hans-Jürgen. L'Almanch: structures et évolutions d'un type d'imprimé populaire en Europe et dans les Amériques. In: MICHON, Jacques; MOLLIER, Jean-Yves. *Les Mutations du livre et de l'édition dans le monde du XVII^e siècle à l'an 2000*. Québec: Les Presses Universitaires de Laval/Paris: L'Harmattan, 2001. p. 441.

LÜSEBRINK, Hans-Jürgen (Dir.) et al. *Les Lectures du Peuple en Europe et dans les Amériques (XVII^e-XX^e siècles)*. Paris: Éditions Complex, 2003.

MARQUES, Reinaldo. Acervo de Escritores Mineiros: Espaço de Saberes Nômades. In: MEDEIROS, Elen de; RODRIGUES, Leandro Garcia (Org.). *Acervo de Escritores Mineiros: memórias e histórias*. Belo Horizonte: LABED/FALE/UFMG, 2019. p. 259.

MARQUES, Reinaldo. *Arquivos Literários*. Teorias, histórias, desafios. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

OUVRY-VIAL, Brigitte. L'Acte éditorial: vers une théorie du geste. *Communication et langage*, Paris, n. 154, p. 67-82, 2007.

PEREIRA, Mateus; MARQUES, Maira; ARAÚJO, Valdei. *Almanaque da COVID-19: 150 dias para não esquecer ou a história do encontro entre um*

presidente fake e um vírus real. Vitória: Milfontes, 2020.

POCCOK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

QUEIRÓZ, Eça de. *Almanaque Enciclopédico para 1896*. Lisboa, Livraria de Antonio de Maria Pereira, 1895.

QUEIRÓZ, Eça de. Os Almanques. *Almanaque de Lembrança Luso-Brasileiro para 1905*, Lisboa Livraria de Antonio Maria Pereira, 1904.

RANCIÈRE, Jacques. *As margens da ficção*. São Paulo: Editora 34, 2021.

WELSCHINGER, Henry. *Les Almanachs de la Révolution*. Paris: Librairie Des Bibliophiles, 1884.

Recebido em: 15 set. 2023

Aprovado em: 19 nov. 2023